



“Gratuidade, Qualificação Individual e Social no Âmbito da Leitura Pública na Sociedade em Rede”.

Vera Maria da Silva^a

*^a Universidade de Évora, CIDEHUS, Portugal
vmjduartedasilva@gmail.com*

Trabalho financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia e pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e PT2020, no âmbito do projeto UID/HIS/00057 – POCI-01-0145-FEDER-007702.

Não se consideram as regras do acordo ortográfico instituído em 2009.

Resumo

Aborda-se a gratuidade de materiais de leitura em bibliotecas públicas, prática social milenar. Ela atravessou diversas formas históricas do Estado e, agora, arrisca-se a ser descontinuada. Questiona-se esta eventualidade por a gratuidade do acesso à leitura inscrever-se em direitos consubstanciados nas actuais políticas socioculturais do Estado Democrático de Direito. Sinalizam-se dificuldades inibidoras do acesso e gratuidade pública a materiais de leitura digital, o que limita, também, a superação de desigualdades socioculturais no domínio de competências leitoras numa sociedade em rede. Destaca-se a necessidade de decisões e legislação para: i-assegurar a contuidade da gratuidade de acesso, também, a formatos digitais; ii-solucionar problemas adiados de carência de recursos humanos, materiais, formativos e tecnológicos para promover a leitura em distintos suportes e âmbitos, o que contribuiria para reduzir a distância social e cultural à leitura, informação, conhecimento; iii-enquadrar novos modelos de gestão mais participativa e funcionamento em rede, modelo que aportaria maior sustentabilidade às aquisições, em particular de ebooks, e permitiria qualificar, diversificar, inovar e direccionar melhor as ofertas de bibliotecas públicas e as suas respostas às múltiplas e cambiantes necessidades de leitura e literácitas das pessoas numa sociedade informacional em rede.

Palavras-chave: bibliotecas públicas, gratuidade, promoção da leitura, contexto tecnológico e societal

Abstract

This paper deals with the issue of free reading materials gratuity in public libraries, a millennial year old social practice. It has endured and traversed several historical constructions of the State, and now, there is the risk of it



being discontinued. This eventuality is questioned by the fact that the gratuity to reading materials lies within the rights of current political and sociocultural constructs of a Lawful Democratic State. There are signs of impending difficulties that will inhibit the gratuity to the public to free digital reading materials, which limits also, the ability to overcome sociocultural inequality in the realm of reading capabilities in a progressively more interconnected society. The need for choices and legislation stands out in order to; i-Assure the preservation of gratuity to digital materials; ii-To tackle the long overdue issues with the lack of human, material, formation and technological resources in order to promote reading in different formats and fields, that would contribute to reduce the social and cultural distance in regards to reading, information, knowledge; iii- Frame new management models that are more involving and that can operate in networks, a model that would give a greater sustainability to the acquisition of reading materials, ebooks in particular, and that would qualify, diversity, innovate and direct public libraries and answer the multiple and changing reading and literacy needs of its public in an information network society.

Keywords: public libraries, gratuity, reading promotion, social and technological context

Enquadramento de abordagem

Com este curto ensaio pretende-se responder à solicitação do Grupo de Trabalho das Bibliotecas da Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS) para produzirmos uma reflexão sobre a gratuidade da oferta de acesso a materiais de leitura nas bibliotecas públicas (BP) municipais. Um assunto pertinente perante as limitações impostas a BP ao acesso a edições digitais, o que carece de reflexão e actuação, mas não deve ser desvinculado de outros factores sociais que influem na oferta social da leitura pública (LP).

Esta reflexão foi desenvolvida com base na prática profissional; em leituras pessoais sobre bibliotecas e actual sociedade em rede; numa síntese sobre livros digitais (vd.Silva,2015); em literatura consultada para uma investigação (vd.Silva,Vaz,2014) sobre promoção da leitura nas BP municipais da Área Metropolitana de Lisboa (AML), espaço territorial que congrega a maioria dos municípios AMRS. A aferição do estado da arte conduziu, também, a abordagens relacionadas com o percurso histórico da leitura, sua promoção, actual quadro sociotecnológico gerador de novos suportes, de distintas práticas e usos de leitura, mutações de paradigmas socioculturais. Esta complexa pluridimensionalidade associa-se a problemáticas relacionadas com a gratuidade social da leitura em BP.

Estruturou-se a abordagem em quatro tópicos. O primeiro, centra-se na génese da noção de *gratia* no espaço social e ancestralidade da gratuidade como enforme histórico caracterizador da LP. No



segundo, evidencia-se a gratuitidade de acesso à leitura ter sido uma constante desde as bibliotecas da antiguidade, gratuitidade que prevaleceu ao longo de sucessivas formas de Estado, inscrevendo-se, actualmente, nas políticas socioculturais do Estado Democrático de Direito. No terceiro, sinalizam-se riscos que o modelo de negócio da edição comercial digital comporta para as BP continuarem a assegurar acesso gratuito a estes materiais de leitura que correspondem à mais recente revolução na história da leitura e da escrita, riscos que, também, atingem paradigmas sobre direitos individuais, sociais e papel das BP enquanto serviços públicos de promoção da leitura. No quarto tópico cruzam-se limitações no acesso social a recursos tecnológicos e de leitura com o que, segundo diversos autores, prefigura-se serem novos paradigmas socioculturais que depreciam aprendizagem, conhecimento validado e podem representar/veicular desvalor sobre a construção de competências leitoras e questionar o interesse social de BP na sociedade informacional globalizada. Conclui-se com uma síntese reflexiva sobre os riscos e dificuldades para BP continuarem a garantir acesso gratuito a materiais de leitura e promoverem competências leitoras, literácitas e reduzir distância de acesso social e cultural à leitura, informação e conhecimento.

Estes tópicos carecem de reflexão alargada e decisões que expressem a visão que a sociedade tem da valia de informação, cultura, conhecimento e do serviço público prestado por BP. O mercado português da leitura digital precisa ser regulado e BP carecem de legislação que as enforme num modelo mais qualificado e flexível para operarem em rede, o que lhes permitiria acrescentar ao valor societal da gratuitidade da LP o da promoção de competências literácitas que enquadrem novas necessidades individuais e sociais numa cultura de informação, uma cultura científica, tecnológica, das humanidades e criações humanas.

1. Gratuitidade e leitura pública

“Quando se pensa, /tudo é como oferecido—como dado de presente”. (Goethe, cf. Ortega y Gasset, 2017)

As denominações de seres, objectos, sensações, são construções intelectuais que enformam o significado dos seus atributos. A palavra graça—*gratia*, dom gratuito—comporta qualidades de agradabilidade sobre algo grato que desfruta-se sem carecer de ser justicado, fruição desobrigada que não é precisa ser solvida/retribuída. Todas as sociedades asseguraram aos seus membros um conjunto de garantias/direitos gratuitos. A noção de bem social que não carece de ser fundamentado, terá decorrido de necessidades ancestrais de garantir direitos essenciais para reger a vida em comum. A sua regulação ocorre desde as constituições não escritas das culturas da oralidade. Enquanto disposições



supra individuais constituíram-se como direitos⁽¹⁾ e integraram-se nas leis que modelam/definem a organização dos colectivos humanos. Sendo instrumentos normativos transversais, transcendem circunstancialidade /subjectividade de acções/ virtudes individuais e contribuíram para criar/consolidar redes de confiança, *fides*, que estreitam laços de identidade/coesão numa comunidade, factor essencial aos colectivos humanos do passado e do presente.

Nas culturas ocidentais da escrita vigorou o princípio de *grátia* nos acervos de bibliotecas, museus, pinacotecas antigas e modernas. Ele prevaleceu, mais duradouramente, nas BP⁽²⁾, porventura pela compreensão da importância da leitura de materiais escritos—registos que conservam a informação de forma estável—que asseguraram melhor a difusão, partilha e transmissão do património cultural. Desde a era Moderna que a maior acessibilidade do texto impresso, e acréscimo de alfabetização, permitiram a generalização de práticas e usos de leitura na sociedade. O reconhecimento das suas vantagens levou a considerar o interesse nacional da criação de BP para universalizar o acesso a materiais de leitura. Estes contribuíram para formar as pessoas, construir identidade colectiva e promover interacção/coesão entre os membros da sociedade ao aportar-lhes modelos de conduta social que, em cada época, enformam o sentido do existir humano⁽³⁾. Escrita e leitura promoveram, também, desenvolvimento social ao facultarem informação e conhecimento sobre recursos materiais e intelectuais que conformam o presente e o devir das sociedades. A acessibilidade pública a acervos analógicos, e hoje digitais, que cubram os domínios do conhecimento/ criações do que, num dado tempo, é o horizonte cultural, científico, criativo e tecnológico da sociedade, espelha o que esta entende dever preservar e difundir, quer da sua herança cultural, quer do que cria⁽⁴⁾, um processo em permanente construção. Com excepções históricas reportadas a aprendizagem escolarizada e de ofícios, o acesso social ao património cultural pautou-se pela gratuitidade, fosse/seja por via de tradição oral, transmissão empírica de práticas de vida material, leitura e estudo.

A gratuitidade do acesso a materiais de leitura ocorre desde as BP da antiguidade⁽⁵⁾, apesar delas não comportarem algumas características que, a partir do século XVII-XVIII, foram enformando o conceito de BP. Terá sido em plena Época Moderna⁽⁶⁾ que começou a expressar-se a ideia de BP mais próxima da actual. A posterior generalização da intenção de BP e escolas cobrirem todo o território nacional, foi um desiderato que surgiu enquadrada pelo discurso iluminista. A apologia das virtudes da educação e divulgação do conhecimento para o progresso e felicidade dos povos e nações terá inspirado os Estados a assumirem a leitura pública(LP) como desígnio político, criando BP⁽⁷⁾ na perspectiva de providenciar acesso social universal a materiais de leitura, considerando que o seu empréstimo local facilitaria, e



inscreveria melhor, hábitos de leitura no quotidiano das pessoas, competência necessária no novo quadro sociocultural liberal que sucedeu ao Antigo Regime. A perspectiva de garantir transversalidade social ao acesso a materiais de leitura seria o que, à época, enquadraria a noção de promoção da leitura (PL). A ideia de BP progrediu, depois, para o “sentido moderno do termo, i.e., com leitura gratuita para todos, com empréstimo domiciliário e com livre acesso às estantes” (Melo, 2011, 179).

Hoje, perante o formato digital, existe oferta gratuita a fluxos informativos e conteúdos de repositórios digitais abertos, mas parte desta edição não é gratuita. Se assegurar a sua disponibilidade pública inscreve-se na continuidade de práticas históricas de gratuitidade de acesso social à informação e ao património colectivo de bens culturais, o seu acesso em BP está limitado por novas normas de comercialização. Estas, ao alteram o princípio de propriedade sobre um bem, comprometem a capacidade de BP providenciarem acesso à leitura. Um retrocesso no campo dos bens a que a sociedade assegurava gratuitidade, com potenciais reflexos na rarefação de recursos informativos e culturais no espaço público para a formação e actualização dos cidadãos numa sociedade em rede⁽⁸⁾. Situação preocupante e que representa uma descontinuidade histórica no milenar usufruto de um bem social objecto de *gratia*.

Dado que acesso gratuito à leitura nas BP é bem anterior à criação do Estado Liberal, Estado Social e actual Estado Democrático de Direito—configurações políticas que definem as regras sociais através do poder regulador deste (Nascimento 2018,64) e seus mecanismos e aparelhos de poder (Althusser, 1980)—surpreende a actual regressão no acesso social à leitura digital (Silva, 2015). Na sociedade informacional em rede, se nela não se restringirem perspectivas sociais, importa continuar a assegurar na cultura de informação—cultura científica, tecnológica, das humanidades e criações humanas (Le Deuff, 2009)— que o acesso à leitura mantenha-se na dimensão de *gratia*. E que esta possa ampliar-se a bens informativos, educativos, formativos e culturais actualmente onerados, o que, historicamente, nem sempre teve este enforme. Não se tendo uma visão estática de LP (vd. Manifesto de la UNESCO, [1994]), nem perspectivas neutras sobre a função social de BP, de condições de produção/comercialização de materiais de leitura digital e outros bens da indústria cultural (Adorno, 1987; Martel, 2010; Murad, 2013b), então, a transformação das condições de acesso de BP à edição digital, e requalificação das próprias BP, carecem de escolhas/decisões que reinscrevam o direito de acesso à leitura, e ampliação de competências literárias, nos normativos do Estado Social Democrático de Direito que é suposto reger a sociedade em rede.



2. Acesso gratuito à leitura, um direito prevalecente em sucessivas formas de Estado

Num contexto influenciado pela revolução científica cartesiana e newtoniana e pela afirmação social dos princípios filosóficos, culturais e políticos do direito natural e iluminismo, passou a existir compreensão dos indivíduos como singularidade e parte do todo nacional e maior preocupação com políticas públicas. Os Estados procuraram conhecer, e mensurar, as realidades nacionais (Candeias,2004) para produzir políticas à escala territorial dos países. A alfabetização gratuita passou a ser considerada factor de desenvolvimento económico e social das nações e BP instituições necessárias para difusão de informação prática e materiais de leitura para ocupação do tempo de lazer com leitura literária e formativa, o que levou à edificação de redes de escolas oficiais e de BP.

Estas preocupações convergiam com objectivos do Estado Liberal, instituição social e jurídica que emergiu da Revolução Francesa. Ele criou os "direitos de primeira geração"—liberdade, propriedade, vida, segurança—considerando-os decorrentes da própria natureza/condição humana. Estes direitos pressupunham a igualdade abstracta dos cidadãos, mas não lhes asseguravam base material para a sua realização. Mas esta foi mais enfocada no direito à educação e leitura com a criação de redes oficiais gratuitas de ensino e BP, cujos fundos resultaram de doação, afectação de bibliotecas privadas e institucionais a acesso público, depósito legal e compra. Esta, ainda que restrita, era suportada pelos poderes públicos para assegurar um bem social: o do direito à leitura, desde o século XVIII considerada factor de maioridade, de liberdade dos indivíduos (Kant,1853) e de emancipação social (Willims,1960, 1961;Murad,2013b; Hobsbawm,1988; Mónica,1980).

A compreensão da existência de interdependência/tensões conflituantes entre fenômenos económicos, sociais e institucionais levou à concepção do Estado Social, teorizado por Gunnar Myrdal (1898-1987), como regulador da organização da sociedade na perspectiva da coesão social e igualdade de oportunidades."O Estado torna-se (...) positivamente atuante para ensejar o desenvolvimento (não o mero crescimento, mas a elevação do nível cultural e a mudança social) e a realização da justiça social"(Ari Sundfeld,cf.La Bradbury,2006,s.p). Políticas, recursos e serviços públicos passaram a garantir condições materiais para concretizar direitos sociais e individuais. Prover acesso a bens essenciais foi considerado investimento gerador de retorno na forma de desenvolvimento humano e social. Neste contexto, redes de BP tiveram acentuado desenvolvimento.

O actual Estado Social e Democrático de Direito reúne fundamentos dos anteriores⁽⁹⁾ (La Bradbury,2006). E, ao longo das sucessivas formas de Estado, a gratuitidade de acesso a materiais de



leitura, acompanhada pelo investimento no reforço territorial de BP, foi uma constante. Entendidas até aos anos 60 do século XX como redes de espaços edificados e equipados, estas BP apresentavam posturas atomizadas e expectantes perante os potenciais públicos (Costa, 2004). Foram, depois, desenvolvendo: i-trabalho em rede;ii-posturas activas de captação de público e de PL;iii-oferta de práticas com mediação;iv-promoção de processos de democratização cultural e, algumas, de democracia cultural (vd.nota16);v-serviços educativos;vi-ofertas formativas para educação ao longo da vida;vii-integração participativa dos públicos.

Apeasar de, em vários países, o investimento em BP ter sido insuficiente⁽¹⁰⁾, surpreende que seja no contexto do Estado Social Democrático de Direito que se assista, a nível internacional, à disrupção de condições de aquisição/acessibilidade pública à leitura digital nas BP, questionando o direito de acesso público gratuito a estes formatos. Atendendo ao potencial social da leitura, e de competências literárias na sociedade em rede, esta interrupção não contribui para minorar insuficiências leitoras e concretizar maiores/melhores condições de democracia social, económica, educativa e cultural. Representa empobrecimento social e cultural, o que justifica o destaque que conferimos ao formato digital. Conservar a sua gratuidade nas BP é conservar o direito social à leitura, e reflecte, também, a visão da sociedade sobre democratização da informação, conhecimento pluralismo cultural e papel social de BP no acesso e difusão social da leitura. A sua promoção tem como função— ainda que com expressão nacional/internacional diversa—facultar meios para a construção/ desenvolvimento das pessoas; potenciar acréscimo de leitores competentes, informados e mais preparados para gerar criação de valor nas comunidades; estimular cidadania activa informada.

A democracia implica/exige participação efetiva no processo político das decisões a tomar na *rex pública*, o que requer condições objectivas para criar oportunidades de igualdade formal e material, respeito pelos direitos humanos e pela diferença. A democracia não pressupõe a igualdade das pessoas ou inexistência de diferenças entre elas; mas procura ignorar desigualdades naturais e sociais como deterministas e afirmar, politicamente, o desiderato social de procurar assegurar, a todos, oportunidades de igualdade de meios para desenvolverem as suas capacidades (Schwanitz,2012). O mesmo poderá aplicar-se à democratização da leitura e de competências leitoras. Os Direitos Humanos, reconhecidos por instituições internacionais e subscritos pelos Estados, enquadram direitos cívicos, culturais, económicos, sociais e usufruto do progresso científico e tecnológico. Sendo considerados direitos fundamentais não são hierarquizáveis, o que deslegitima limitações impostas ao direito cultural das comunidades acederem a documentos digitais em BP.



Sucessivos suportes de escrita sempre foram enquadrados como *gratia* nas BP, o que seria suposto continuar a suceder com formatos digitais. Estes correspondem à mais recente revolução da história da escrita e da leitura. São nodais na produção, difusão e acesso à informação e conhecimento numa sociedade em rede, o modelo social estruturante da Era da Informação, logo essenciais à vida humana individual e colectiva num mundo em que as tecnologias já alteraram quotidianos e sociedades, transformação que será mais radical com a internet das coisas, inteligência aumentada e inteligência artificial. Perante o que ocorre no acesso de BP ao mercado da edição digital, a *gratia* destes formatos arrica-se a ser revertida⁽¹¹⁾ quando, apesar do analfabetismo ter-se tornado residual, persistem indicadores de incompetências literácitas e muitas pessoas alfabetizados não são leitores competentes, os capacitados para entender um conteúdo na sua linearidade e na possível arbitrariedade tomada pelos referentes (Palma [1966?]; Prole, 2005, 2009) e/ou de aceder e usar conteúdos de leitura em diversos formatos. Apesar das melhorias registadas em estudos internacionais tal “não nos deve deixar descansados (...) sendo positivo [PISA 2012], não constitui uma tendência irreversível” (Justino, 2014, 10). Um estudo sobre a *dimensão* económica da literacia da (APRI, 2009), evidenciava os baixos níveis nacionais de leitura num contexto sociotecnológico em permanente mudança e que requer continuada actualização informativa e formativa, o que, a não ocorrer, pode induzir discrepâncias entre certificações e efectivos níveis de literacia e limitar o desenvolvimento e equidade social⁽¹²⁾.

Recursos de TIC—essenciais a sociedades que delas dependem para gerar riqueza, novos códigos culturais e exercício do poder—são, todavia, pouco acolhidos/explorados nas BP portuguesas (Leitão, 2014; Mota, 2016), o que coloca interrogações sobre as políticas de LP. O mesmo ocorre com limitações impostas a BP no acesso/disponibilização de formatos digitais. Estes, e distintas realidades comunicacionais e de práticas/usos da leitura, requerem novas competências leitoras e que instituições como BP assegurem, gratuitamente, a continuidade ao seu acesso e a PL. Algo que—apesar da mudança do paradigma de posse material de acervos para informação em fluxo—não pode justificar o continuado desinvestimento nas BP, ou gratuidade reduzir-se ao acesso a espaços de BP, o que alguns defendem, como se algo de essencial não as distinguisse de um centro comercial. Tal, a ocorrer, deslocaria a LP da esfera social, e da dimensão de comunhão e reciprocidade (Zamagni, 2002) inerente a serviços públicos, para a esfera de relações económicas comerciais, cuja lógica competitiva ampliaria desigualdades e erosão no espaço social (Schmidt; Cohen, 2013).



“Os dispositivos institucionais permitem, incorporações mais consolidadas e duráveis, desde que os recursos técnicos, humanos e financeiros assim o permitam e desde que a concepção aberta de democracia cultural esteja no seu centro de gravidade”. (Lopes, 2009)

Cultura⁽¹³⁾ e poder⁽¹⁴⁾ são pilares estruturantes da organização/funcionamento da sociedade. A compreensão da cultura como conjunto de princípios partilhados, factor de integração e edificação da realidade social, levou ao desenvolvimento de políticas culturais, o que Lopes entende como “definição de objectivos sistemáticos e estruturados do papel interventivo e regulador do poder de Estado nas esferas cultural e artística, servidos por meios financeiros, técnicos e humanos autónomos que subtraem a circulação das chamadas grandes obras às leis mercantis da oferta e procura”(2009,2), subtracção extensiva a outros bens (vd.Declaração da UNESCO,2002;Cascão,2007). Políticas culturais—ao visarem objectivos culturais e sociais para o interesses comum/específico das populações (vd.competências municipais,Lei n.º169/99, 18 Set e n.º5-A/2002. 11 Jan.)—enquadram-se nas relações ente Estado/sociedade civil. Tendo por destinatários colectivos sociais, têm elevada expressão de *gratia*, pelo que carecem de recursos públicos para assegurar apropriação cultural, redução de obstáculos materiais, de barreiras sociais e culturais (Butlen,2008) aos diversos domínios da criação humana. Para isso, BP devem fornecerem acesso, e mediação, a informação e conhecimento sobre realidades sociais e produção cultural passada e presente.

A LP é enquadrada por políticas culturais⁽¹⁵⁾. Estas, estruturam-se, essencialmente, em torno dos eixos: i-políticas de: conservação do património;ii-formação de públicos;iii-sustentação da oferta cultural e incentivo aos criadores; iv-uso económico, social e político da cultura. A discursividade e acção política sobre estes âmbitos, habitualmente, enfoca mais os dois primeiras na dimensão enunciativa e os segundos na dimensão prática, sendo que no que concerne a BP—a tomar como passível de generalização resultados de uma investigação regional (vd.nota10)— nestes quatro eixos predominará a dimensão discursiva Apesar da gratuitidade imperar nos serviços oferecidos nestas BP, e de leitura e educação serem consideradas alavancas de desenvolvimento e mobilidade social, a maioria delas não dispõe de recursos materiais e humanos para qualificar e inovar práticas de PL.

Políticas de leitura devem assegurar que BP possam providenciar PL. E acesso a tradicionais e novos suportes e dispositivos de leitura, apesar da rápida inovação /obsolescência destes implicar custos de actualização. Uma realidade não favorecedora da sua rentabilização social, dado a exploração comercial focar-se na criação/exploração de novos produtos centrado o lucro no valor da novidade. As BP têm respondido positiva mas desigualmente à inovação para satisfazer expectativas/necessidades leitoras e não se marginalizarem do processo de



inovação tecnológica com impacto cultural transformador nas práticas e usos de leitura. Poderiam disponibilizar mais/melhores ofertas caso funcionassem em rede., pois recursos sociais não são ilimitados, apesar de indispensáveis para ampliar/materializar políticas de leitura, de democratização e democracia cultural transformadoras⁽¹⁶⁾ e sustentar a dimensão de *gratia* nas BP. Esta, justifica-se socialmente por visar acréscimo informativo/formativo gerador de maior/melhor compreensão e conhecimento sobre diversos âmbitos da criação humana; modelos e convenções culturais; diversidade criativa e cultural em distintos contextos socioculturais e tecnológicos.

Garantir a continuidade/concretização do desígnio de acesso//uso de actuais/futuros formatos e tecnologias significa assegurar um direito—há muito consignado e actualmente reconhecido em políticas sociais e culturais— de acesso ao conhecimento/compreensão do património social colectivo passado/presente. E contribuir para a sua ampliação, o que envolve, também, apoio à investigação e à criação. Políticas socioculturais devem, portanto, incluir a gratuidade nas BP a recursos de leitura, a equipamentos em constante inovação/mudança e a práticas mediadas para as pessoas os usarem e ampliarem competências literácitas, o que responde a necessidades da sociedade em rede e afirmaria a importância conferida pela sociedade, e Estado Democrático de Direito, à qualificação dos cidadãos. O contrário comporta risco destes lhe serem marginais e o Estado/poderes públicos serem ineficazes por incapacidade de concretizar políticas que asseguram direitos essenciais e participação cívica informada.

3. Estado social de direito e o estado do formato digital na leitura pública

“Dieu se rit des hommes qui se plaignent des conséquences alors qu’ils en chérissent les causes”.

(Bossuet (1627-1704), cf. Rosanvallon, *La société des égaux*, 2011, 17).

A dificuldade de BP, em particular das portuguesas, garantirem ao formato digital a milenar continuidade de gratuidade pública à leitura é contraditória com paradigmas do Estado Social de Direito, da sociedade da informação e missão das BP (vd. Manifesto, 1994; Koontz, Gubbin 2010; Lau, 2007). E com o histórico social da universalidade e gratuidade total, ou limitadamente onerada, de acesso a bens patrimoniais colectivos. Hoje, acessibilidade a bens sociais, considerados essenciais, regista elevada abrangência. A gratuidade nas BP é uma premissa para gerar condições de igualdade de acesso para que as pessoas, por acção voluntária—ainda que devam ser estimuladas a fazê-lo e beneficiarem da oferta de práticas para PL e de literacias—possam ampliar hábitos e competências de leitura e desenvolverem-se como leitores (Eiras, 2010). Mas as BP enfrentam dificuldades para assegurar PL, e inéditas limitações para dar continuidade à *gratia* no acesso a edições do mercado digital.



Se o digital é um formato pleno de “virtudes naturais”, o seu acesso está limitado por “pecados induzidos” impostos pelo DRM-Digital Rights Management(vd.Silva, 2015). Ebooks permitem novas dimensões de leitura e têm diversas vantagens: podem ser lidos em qualquer altura e lugar; são de fácil actualização, transporte/armazenamento; oferecem disponibilidade permanente, multiacesso e multiutilização independentemente do espaço onde estejam albergados; incorporam ficheiros áudio e multimédia; potenciam interactividade e consulta a outros recursos online; permitem anotações e marcas; são baratos; existem milhares em acesso gratuito—ainda que as relações de propriedade não desapareçam; elas mantêm-se “in the hand of an emerging new type of company at the hear of the emerging Internet-Capitalism-The platform provider. (...) Users of platforms might benefit from realizing that they are not customers but a commodity traded on a secondary market”(Ehret,2015,sp). BP encontraram grande resistência no mercado editorial e de distribuição de Ebooks para para os disponibilizarem:

“It’s a rare thing in a free market when a customer is refused the ability to buy a company’s product and is told its money is “no good here”. Surprisingly...libraries find themselves in just that position with purchasing ebooks from three of the largest publishers in the world(...)have been denying access to their ebooks for our nation’s 112,000 libraries and roughly 169 million public library users”(American Libraries,2013,22).

Se BP não devem ser indiferentes a actuais realidades, nem excluir os seus leitores de novas oportunidades/experiências de leitura, o DRM operou uma manipulação transfiguradora nos legítimos procedimentos da indústria editorial para limitar cópias, o que a tecnologia digital naturalmente permite. O DRM gerou uma inédita ruptura no processo tecnológico: “through history, the advent of new information technologies has often empowered successive waves of people at the expense of traditional power brokers, whether that meant the king, the church or the elites”(Schmidt e Cohen,2013,6). Mesmo onde Governos impuseram regras para fornecimento a BP/consórcios de BP, o DRM limita/interdita acesso a alguns títulos e editoras/distribuidoras impõem aquisições em bloco, os “bouquets”, o que pode assumir formas de controle sobre liberdade de leitura e contribuir para desapossar as pessoas de acesso a novidades editoriais, informação e conhecimento validado.

3.1 O modelo de negócio da edição digital e estreitamento do espaço social das bibliotecas

O DRM, que é suposto assegurar a gestão dos direitos autorais, reduz-lhes anteriores direitos patrimoniais, de propriedade e restringe a livre difusão privada/pública do seu trabalho/criações. E compromete o e-lending , que actualiza o empréstimo local, e o domiciliário, encetado no séc. XIX.. Um ebook, ao contrário do livro impresso, não se compra; é disponibilizado gratuitamente, ou paga-se autorização para o aceder, licença não transmissível a terceiros.



O modelo de negócio do ebook baseia-se na comercialização a baixo preço e contínuo acesso diferido, controlado e onerado. A necessidade de sucessivas recargas/assinaturas é problemática para BP, instituições não-lucrativas (vd. Connors, 1988), cujo funcionamento/financiamento não pode pautar-se por estritas regras de mercado (Jeffri, 1983), a menos que pretenda-se “vaporizar”—expressão de Orwell em 1984— as BP do espaço social público. A Free Software Foundation, refere o DRM por “Digital Restrictions Management”, por este parametrizar excessivamente o acesso, impedir a difusão pública (vd. <https://www.fsf.org/campaigns/drm.html>) e o sistema de comercialização poder abarcar os dispositivos de leitura, o que prefigura situações de monopólio.

Ao extremo a que foram levadas, estas normas serão ilegítimas pelo controle que exercem sobre o produto e desrespeito dos Direitos Humanos de liberdade e privacidade, pois o mercado digital arrogou-se da prerrogativa de registar leituras, comercializar dados dos leitores e não considerar o direito de propriedade instituído desde o Estado Liberal: “the role of platform-companies not only building the infrastructures but also keeping ownership in order to commercialize access. Users do not need ownership rights anymore to ride a car or use a property” (Ehret, 2015, s.p). Estas restrições são inabituais. Limitações à aquisição de recursos de leitura decorriam de maior/menor disponibilidade financeira e/ou de censura política e/ou moral (Mangas, 2010). Agora, resultam de uma abusiva exploração tecnológica desconforme com paradigmas da leitura pública e do Estado Democrático de Direito —que pressupõe participação cívica, primado da lei, respeito pelos direitos— o que redundará em falta de equidade social ao limitar direito de acesso público em BP à leitura, cultura, informação; inibe condições sociais para uma cidadania activa e informada; retira às BP a sua responsabilidade, legal e social, de assegurar a preservação e acesso público gratuito ao património documental.

O DRM favorece as empresas em detrimento dos criadores e da sociedade. Limita anteriores direitos de autor; restringe a difusão dos conteúdos; interdita aquisições por BP para uso social comum, dimensões valorizadas por autores que optam por publicar em plataformas digitais abertas. Usando licenças gerais públicas, as “Creative Commons” (vd. Branco, 2013; Macedo, 2018), abdicam de alguns direitos de *copyright*, contrapondo-lhe o *copyleft*, filosofia de edição não-lucrativa valorizadora da ideia de bem comum, prescindem de alguns direitos em favor dos leitores e retiram barreiras ao uso, difusão e modificação da sua obra. Tal não obsta a que não exista um *dark side* em torno das “Commons”. Ehret aponta para parte destas edições serem feitas em plataformas que “shaped and owned by commercial platform providers like Google, Amazon or User. With their control of the crucial technology and infrastructure they have amassed a boon of information and knowledge as well as the power to manipulate consumers and businesses in both directions along the value stream” (2015, sp). Situação que justificará que instituições públicas/cooperativas disponibilizem formação



e espaços confiáveis de auto-publicação livres de procedimentos atentatórios a direitos cívicos e liberdades individuais.

4. Valor da gratuidade da leitura, de competências leitoras e actual quadro societal

"Tal como o campo, embora fértil, não pode ser frutuoso sem cultura, também a alma não é frutuosa sem filosofia [estudo dos problemas fundamentais do conhecimento humano, da natureza e da sociedade]"
(Cícero, 106-43a.C., *Tusculanas*, cf. João Pedro Serra).

Nas culturas da escrita a leitura é essencial à transmissão/produção cultural (Chartier, 2003; Manguel, 2010). Mas políticas de leitura não devem envolver, apenas, acesso gratuito a materiais de leitura. Implicam, também, promoção social da leitura enquanto: i-acesso social público a materiais e equipamentos de leitura; ii-oferta de práticas mediadas/formação para promover competências leitoras/literárias; iii-disponibilidade de recursos e espaços flexíveis/ vocacionados para afectar a práticas e usos individuais/grupais da leitura, a actividades culturais, educativas e coworking. Não perspectivar esta multiplicidade desaproveita BP enquanto recursos sociais e seu potencial de gerar simbiose entre democratização/democracia cultural (vd.nota16).

Bourdieu (1997), aponta obstáculos de natureza simbólica ao acesso à cultura, relevando a importância do capital cultural na "economia dos bens simbólicos" não redutíveis a valor de mercadoria. Obstáculos que, igualmente, projectam-se na PL. Nesta, formação/mediação facilitam atribuição/construção de significação/reflexão sobre fenómenos naturais, históricos, culturais e tecnológicos passados, presentes e emergentes. Acréscimo/incorporação de capital cultural leitor implica investimento social em recursos e processos precoces e duráveis de socialização e mediação facilitadores de acomodação e interiorização cognoscitiva (Piaget, 1973), aspectos que Harland e Kinder (2006) enfatizam.

Públicos leitores não devem, portanto, ser perspectivados como meros receptores passivos. As pessoas necessitam poder/saber aceder a novos recursos, adquirir/ desenvolver competências e integrarem-nas no que lêem, produzem, transferem e auto-publicam. E de estarem capacitados para não olhar só para potencialidades das TIC desligadas do seu quadro de relações produtivas, sociais e de poder (Foucault, 1999; Melman, 2012; D'Ancona, 2017), pois enquanto práticas e objecto cultural TIC/leitura/ mídias digitais emolduraram novas condições de produção, de transmissão cultural e reprodução social (Williams, 1960; Althusser, 1980; Bourdieu, 1997; Certeau, 1998) que enformam a sociedade em rede (vd.Nota8), a economia informacional/global, o informacionalismo e a cultura da



virtualidade⁽¹⁷⁾. Segundo Castells, a “revolução da tecnologia, reestruturação da economia e crítica da cultura convergiram para uma redefinição histórica das relações de produção, poder e experiência em que se baseia a sociedade”(1999,[411]). Se a gratuidade da leitura em BP aportou vantagens sociais, o mero acesso a materiais de leitura é insuficiente para ultrapassar persistentes limitações de leitura. Proclamar-se o valor de competências leitoras e literárias devia conferir acrescida relevância à continuidade da dimensão de *gratia* nas BP. Mas nem estas estão a ser investidas/qualificadas, como assiste-se à circulação de paradigmas que questionam o papel da transmissão cultural validada, apesar de ela permitir a sustentação pertinente de afirmações subjectivas, inovação e emergência de novos paradigmas sociais, científicos e culturais que relativizam/refutam os anteriores. Melo, qualifica estes discursos de “populistas em termos ideológicos, e tecnocrático liberal em termos económicos” e diz que eles “acarretam um forte empobrecimento, se não mesmo esvaziamento da noção de democracia cultural. É aquilo a que poderíamos chamar o terrorismo das audiências que, se levado às últimas consequências, acabaria por conduzir ao desaparecimento da política cultural”(1997,2). Observa-se, todavia, retracção de investimento em políticas culturais, falta de legislação sobre BP e formato digital, afirmação de paradigmas mercantis e/ou desvalorizadores de informação e cultura validada.

Perante este duplo quadro demissionista/“negacionista”, não é certo que BP ampliem/mantenham o seu papel de instituições sociais promotoras de qualificação das pessoas, factor histórico de mobilidade e equidade social⁽¹⁸⁾. Madureira Pinto, ao reflectir sobre este problema social, e possíveis relações com novos processos comunicacionais⁽¹⁹⁾, afirma não dever-se “prescindir de conhecimentos laboriosamente testados e consolidados (...) com a única justificação de que a invocação desses recursos argumentativos é incompatível com o tempo televisivo ou com dinâmicas da leitura rápida”(2013,143-144). Tal veiculará perspectivas redutoras de coisificação e/ou reificação do objecto de leitura e de *menoridade* das pessoas (vd.Kant, 1853). Mera retórica sobre potencialidades da PL e ampliação de acesso limitam-se a ser “verdades burocráticas”(Lopes,2015). Não se deverá, portanto, confundir discursos infundados sobre PL com mero consumo de “OLNIs” – Objectos de Leitura Não Identificados – ou com actividades exclusivamente centradas/referenciadas a literaturas técnicas, científicas, criativas e textos consagrados ou vanguardistas. Ainda que não haja obrigatoriedade de participação/leitura, isso não dispensa a sociedade do dever de as estimular e assegurar condições para que, os que o queiram, o possam fazer, o que implica afectar recursos sociais a instituições educativas e culturais.

Competências de leitura/literárias são importantes num contexto que, alguns, designam por “sociedade do espectáculo”(Debord,1992), “sociedade da decepção”(Lipovetsky,2012), “sociedade de



entretenimento”(Melman,2012). Independentemente destas tipificações, é uma sociedade enformada pela indústria cultural (Adorno,1987;Martel,2010;Murad,2013a). Esta, não prossegue, como o deverm fazer políticas culturais públicas, objectivos de qualificação das pessoas, de democratização e democracia cultural (vd. nota 16) que “não é niilista, nem resvala para o consumismo ou a ditadura da procura”(Lopes,2009,11), enformes que podem contribuir para um apagamento de memória cultural, o que Elias(1993) designa por “morte colectiva”. Melman (2012) aponta o *feel good* acrítico das pessoas perante práticas e entretenimento que as controlam e, numa sociedade que se supõe de cidadãos livres, aceitam ser manipuladas/dominadas, situação consentida quedenomina por “fascismo voluntário”.

Em paralelo, ocorrem discursos de menorização sobre aquisição de conhecimento, apesar do acréscimo de certificações educativas nem sempre corresponder a competências para usar informação, o que gera, há décadas, preocupações governamentais com os níveis de literacia da população(National Commission of Excellence in Education,1983). Segundo Pacheco Pereira (2016), assiste-se a um fenómeno de “mediocratização” associado à reificação da informação considerando, abstractamente, qualidades e desconsiderando condições materiais, culturais e sociais que enquadram a origem e percurso dos indivíduos, o que pode levar à coisificação estéril, à continuidade e/ou (re)construção de novas elites. António Damásio, partilha a sua inquietação: “uma coisa que me preocupa muito, [é] o presente estado da cultura humana”(2017,28). E interroga-se sobre se, face à crescente globalização da consciência humana provocada pela revolução digital e emergência da inteligência artificial⁽²⁰⁾ irão conservar-se princípios e objectivos “da homeostase básica, à semelhança do que acontece com a actual homeostase sociocultural? Ou será que, para melhor ou pior se irá separar do seu cordão umbilical evolutivo?”(2010,47). Soriano (2002) refere a desumanização da própria sociedade e emergencia de novas desigualdades, mesmo em termos de acesso a recursos informativos e tecnologias digitais, fenómeno que os próprios directores da Google sinalizam:“perhaps the most important question in ten years'time won't be if a society uses the Internet, but which version of it they use”⁽²¹⁾(Schmidt e Cohen, 2013, 82-83), o que (re)coloca a actualidade de questões sociais de acesso e gratuidade.

Se em relação ao ebook referiram-se situações de controle e impedimentos para BP os disponibilizarem, há ecomistas que consideram que a limitação de “apropriação de informação por um pequeno número é, talvez, a maior ameaça para o funcionamento dos mercados e das próprias empresas”(Nascimento,2018,64). A progressiva transformação do “welfare” em “workfare” tem implicações que podem levar a reposicionar BP no espaço de liberdade e de suplemento social (Silva,2009). Attali (2006), previu que com o desenvolvimento de biotecnologias, nanotecnologias e



inteligência artificial existirá, entre 2025-2030, uma nova ordem económica e social. Nela, o não incluído no pacote básico de aprendizagem⁽²²⁾, o considerado supérfluo, inútil, será descartado do ensino oficial. Tal reduzirá a partilha comum de referenciais culturais e conhecimento. Este hipotético quadro de empobrecimento curricular (vd.nota 22) poderá estar a construir-se, em alguns países, há mais de uma década. E, em Portugal, as “Aprendizagens Essenciais do Ensino Básico”, segundo alguns docentes, comprometem a formação dos alunos ⁽²³⁾. Quadro que, a confirmar-se, reafirmará o interesse social de BP: i-continuarem a assegurar PL; ii-apoiarem activamente os que não concluíram/tiveram oportunidade de prosseguir percursos educativos;iii-contribuírem para suplementar a aprendizagem formal.

Sobre leitura e educação no actual contexto societal⁽²⁴⁾, Dellamotte e Cordier especulam sobre interacções entre correntes das ciências da informação, indústria de TIC e industrias culturais: “Nous formulons l’hypothèse que le mouvement de l’éducation à la Culture informationnelle peut s’analyser comme une modalité d’intégration de savoirs fragmentés en une grammaire de l’information”(2014,102). Gramática que pode ser um “processus d’agencement” que carece ser analisado para aferir “où la culture scolaire tout comme les pratiques socio-économiques issues de la convergence des industries de la connaissance, de la communication et des loisirs, exercent leurs empreintes pour élaborer cette grammaire”(idem).

Aprendizagem e conhecimento não são produto espontâneo ou de experiencição desenquadrada de contextos socioculturais, de referenciais a aferir ou a contraditar, de mera tecnologia e/ou literacia da informação desnatada. Pelo que não deve projectar-se sobre educação, leitura e conhecimento perspectivas de realismo mágico, de crença abstrata no valor das TIC como ferramenta de engenharia social que operem independentemente de contextos, e condicionantes, socioculturais⁽²⁵⁾. Insuficiências cognitivas e literácitas limitam apropriação individual e social de informação, conhecimento e oportunidades de desenvolvimento integral da pessoa humana. E podem promover a continuidade ou, como alguns receiam, o alargamento de incompreensão leitora por desigualdades no ensino e acesso à leitura, informação, cultura e conhecimento, o que cerceia responsabilidade e criatividade numa “culture de l’information résolument émancipatrice”(Le Deuff,2009,104), campo onde BP devem posicionar-se.

Apesar de leitura e competências leitoras serem socialmente reconhecidas no discurso público, poderá assistir-se à ampliação de marginalização social por infoexclusão, o que a geografia territorial da internet já indicia (vd. Castells,2003,261,293,311) e à reafirmação de novas elites melhor educadas e capacitadas. Estes aspectos reafirmam/reactualizam o papel de instituições como BP na paisagem social e recolocam a pertinência de questões sociais em torno da educação, leitura e sua gratuitidade. Mas os



governos são esquivos em relação ao investimento na LP e ambíguos sobre o direito social à leitura digital e salvaguarda de direitos individuais dos cidadãos no uso da Internet e TIC—“apreciam os seus benefícios, porém temem perder o controlo da informação e da comunicação em cujo poder sempre se apoiaram”(Castells;Cardoso,2006,29).

Numa sociedade humana tudo é política (vdNota3). O novo ambiente mediático e redes sociais propiciam maiores possibilidades de comunicação e intervenção dos cidadãos na esfera pública. Contudo, política informacional e medias não tem levado à confiança nos Governos, nem estes a confiarem nos cidadão (vd.Castells, Cardoso,2006,51-53). A sociedade da informação apresenta, também, facetas de sociedade de desinformação, sustentada em “fake news”, “post truth”, “circular reporting”(D’Ancona,2017), cuja toxidade não contribuí para consolidar mútua *fides*.O que leva a reflectir nos modos de socialização dominantes e informação que geram oportunidade, ou ilusão, de escrutinio na sociedade em rede e na importância de competências leitoras numa cultura de informação. Esta implica “conscience des tensions, nullement son élimination au contraire de “l’idéologie”qui accompagne les discours de la société de l’information, qui se veut en dehors de tout dispositif idéologique, voire a-historique, mais qui paradoxalement véhicule des forces qui s’imposent aux individus et aux sociétés”(Le Deuff,2009,61). Obstruções de acesso à informação, vigilância, controle, manipulação, geram tensões que debilitam a sociedade em rede “até que consigamos reconstruir, tanto de cima para baixo como de baixo para cima, as nossas instituições de governo e a nossa democracia, não seremos capazes de enfrentar os desafios fundamentais que se nos apresentam”(Castells,2003,324). Literacia cultural, crítica, política, cívica e mediática conferirão maior capacidade de análise, intervenção e resistência à envolvente discursiva e actuações que se cruzam no espaço social e mediático, o que justicaria que BP atribuíssem maior enfoque à promoção destas literacias.

A ALA postulou que “citizenship in a modern democracy involves more than knowledge of how to access vital information. It also involves a capacity to recognize propaganda, distortion, and other misuses and abuses of information”(1989,s.p). Cidadania “supõe e requer uma literacia para os media que diga respeito a todas as idades, em todos os contextos, e articula-se com a necessidade de aquisição de outras literacias que o mundo globalizado e complexo cada vez mais exige”(Declaração de Braga,2011). Para participaar na actual esfera pública é necessário “apprendre à utiliser les blogs, les wikis, les podcasts, la video numérique et les médias de l’autoexpression, avec un accent sur la *voix publique*, doit être considéré comme un pilier—et pas seulement une composante—du curriculum civique du vingt-et-unième siècle”(Le Deuff, 2009,218). O interesse social destes recursos releva a necessidade de BP terem



meios para assegurar acesso público e oferta de práticas que promovam competências em literacia digital, cívica e mediática; formação de públicos; desenvolvimento de leitores, domínios que importa colocar no centro da democracia cultural. Esta não é suposto conformá-los às tipologias de cliente, utente, consumidor, visitante. Eles são cidadãos que desfrutam da *grátia* de recursos de BP, serviços públicos para a leitura, informação conhecimento, *grátia* que, enquanto membros da cidade, eles próprios financiam. O que também justifica que BP os possam perspectivar na sua singularidade e não como massa homogénea de público.

Perante o quadro traçado, afigura-se urgente reflexão política cívica e profissional sobre a gratuidade nas BP e a importância de lhes consignar acréscimo de objectivos, e meios, para que elas possam continuar assegurar na paisagem da sociedade em rede o valor social da gratuidade da leitura e de competências leitoras e literácitas.

5. Reflexões sobre gratuidade de recursos em bibliotecas públicas

O que segundo Maquiavel tem de fazer qualquer exército quando vencido se desagrega, a saber: *ritornare al segno*, à bandeira que por ser alta e ondear é sempre clara para a vista. (Ortega y Gasset, 2017, 143)

Como se referiu no início, o princípio de *gratia* a materiais de leitura em BP foi uma constante histórica que atravessou dinâmicas sociais transformadoras, vários sistemas políticos e formas de Estado. Impactos socioculturais da revolução tecnológica em curso reflectem-se em questões sociais e colocam interrogações sobre *como* garantir o conjunto de paradigmas culturais e de direitos sociais que enformam a visão das sociedades democráticas, o que sucede perante novas condições que questionam direitos individuais, colectivos e disponibilidade da gratuidade de materiais de leitura nas BP. A limitação na acessibilidade pública a formatos digitais, e restrição de recursos e acções para PL, não contribuem para estreitar a distância de acesso na lonjura social e cultural à leitura e ao conhecimento. Uma e outra limitam possibilidades de qualificação individual e social, podem gerar novas desigualdades e retiraram relevância social a BP numa sociedade que se encontra perante um novo limiar tecnológico que lhe coloca inéditos desafios sociais, cívicos e éticos.

Grupos editoriais digitais têm demonstrado capacidade de ditar regras desconformes com direitos individuais e colectivos, o que contrasta com a inoperância governamental de alguns países perante o desrespeito dos princípios legais de equidade e bem-estar social, fenómeno que pode decorrer do contexto que Espósito (2018) designa por “pós-democracia”. É, todavia, suposto que o papel das instâncias políticas seja o de defenir as regras de interacção social e estas não são neutras; espelham concepções culturais e socio-económicas. Nestas inclui-se o papel sócio-cultural de instituições como BP



e, como se viu, o DRM gera uma relação assimétrica, e conflitual, entre interesses comerciais das editoras, direitos das pessoas e missão das BP ao comprometer a dimensão de *gratia* implícita a políticas públicas de leitura. Excessiva oneração de materiais de leitura, insuficiência de recursos materiais e humanos para a sua promoção, negacionismo cultural e empobrecimento curricular podem acentuar ressegmentação e desigualdade social. Partilha social de investimentos carece ser decidida /escolhida pelas pessoas e pelo Estado que as representa e afiguram-se urgentes políticas/legislação que compaginem o self-interest dos mercados com reciprocidade social.

Perante a realidade de uma sociedade informacional em rede deve reflectir-se sobre opções sociais que se desenham no acesso à leitura e acréscimo de competências leitoras. BP carecem de trabalhar em rede, de novas políticas nacionais e locais de leitura e de legislação que as sustente. Diligências que ajudariam a desbloquear: i-baixa cultura de partilha entre BP; ii-casos notórios de inexistência/debilidade do funcionamento de BP em rede; iii-falta de rentabilização de recursos e de boas práticas; iv- produção de diretrizes, metas, estratégias de oferta e operacionalização de acções de PL e sua avaliação; v-criação de Planos Municipais e/ou Intermunicipais para desenvolver estratégia de qualificação/ inovação/acesso a BP e que divulgassem/aproximassem as comunidades das suas BP reais/virtuais; vi-enquadrar BP em políticas de partilha de recursos, factor de sustentabilidade das próprias BP; vi-criação de políticas de leitura que envolvam toda a cadeia de valor do mercado editorial e social, incluindo BP, leitores e comunidades numa ampla e efectiva parceira para a leitura, factor de desenvolvimento individual e colectivo.

Identidade social, acesso público e gratuidade têm sido traços caracterizadores das BP. Estes evidenciam-se no posicionamento/interacções que elas desenvolvem na sociedade e orientadas por valores de inclusividade, equidade social e qualificação das pessoas, ainda que BP sejam instituições sociais dissonantes. Quer por i-a gratuidade/comunhão não ser o princípio dominante nas relações sociais; ii-BP portuguesas não estarem em consonância com uma sociedade em rede. Conhecimento de base empírica recolhido no panorama encontrado numa investigação (vd.Nota10) aponta para, a maioria delas, actuar de forma centrada, autoreferenciada, o que contraria o princípio de rede—na perspectiva de estrutura conectada para criar valor social—diminui as BP no seu papel social de serviço público e reduz-lhes potencialidades de partilha de recursos sociais/boas práticas/inovações empreendidas e, por via da desestabilização que ocorre na comercialização de edições digitais, e falta de instrumentos legais, a sua atomização reduz-lhes relevância para influenciar produção legislativa e terem peso negocial junto do mercado editorial. A manterem-se as trajectórias sinalizadas, elas podem gerar restrições e resultados



sociais cujos efeitos poderão transcender o horizonte do presente. Então, que posicionamentos e opções políticas, sociais e culturais são tomados em convergência com os paradigmas da LP? O que enfoca a formulação/materialização de políticas culturais no domínio da PL e da sua gratuidade?

Sendo políticas culturais processos sociais/institucionais/cívicos, nem se colocarão dilemas entre fundamental/ assumir/ politicamente a relação que existe entre direitos sociais, culturais e tomada de decisões políticas/ legislativas que permitam desenvolver práticas justas que contrariem o actual quadro que estreita a função social das BP. O interesse do investimento público em recursos para PL fundamenta-se na lógica de não haver cultura sem cultores que, num dado espaço e tempo, transmitam o que cada comunidade/sociedade considera necessário ao seu desenvolvimento e dos seus membros. BP devem, portanto, conservar a sua histórica dimensão de *gratia*. Ela permite inscrever melhor promoção pública da leitura e literacia no processo social, cultural e educativo de estímulo à aquisição, transmissão e desenvolvimento de conhecimento. Para isso, no que concerne a BP, estas carecem de: i-disponibilizar orientação/formação; ii- recursos humanos, materiais e tecnológicos para promover a leitura em distintos suportes e âmbitos, o que contribui para reduzir distância de acesso social e cultural à leitura, informação, conhecimento; iii-directrizes que facultem suporte teórico, prático e que sustentem novos modelos de gestão mais participativa e funcionamento em rede. Este, facultar-lhes-ia: maior sustentabilidade nas aquisições, em particular de ebooks, ofertas mais qualificadas/ diversificadas/ inovadoras/direccionadas, que permitiriam desenvolver melhor o envolvimento de BP no processo de transmissão cultural passada/presente e responder às múltiplas e cambiantes necessidades de leitura e literacia das pessoas, sendo que, parte destas, irão viver no que se prefigura ser o admirável, e porventura inquietante, século XXII (vd.Nota20).

Existem, todavia, problemáticas relacionadas com a gratuidade e o actual contexto societal que se coloca ao acesso, difusão e apropriação social de informação e conhecimento numa sociedade informacional global e nalguns paradigmas que a enformam. Contextos em que, apesar de “os olhos procuram a tradicional bandeira não a descobrem no horizonte, pelo menos com a evidência habitual”(Ortega y Gasset,2017,143). *Ritornare al segno*, à bandeira, significa continuar a posicionar BP e LP no domínio do espaço social para reenfocar a sua oferta em tradicionais e novos recursos informativos, educativos e de conhecimento na dimensão de *gratia*. E reposicionar BP em políticas culturais para formação educativa de públicos e sustentação da oferta cultural. Um e outras enquadram-se no “aggiornamento” da ideia *Bibliotecas: acesso, sempre* (Cabral,1996), de acesa importância num tempo que as pessoas precisam de maior informação, preparação, competências leitoras, críticas e cívicas num mundo em que, cada vez mais, “l’avenir est comme le reste; il n’est plus ce



qu'il était. J'entends par là que nous ne savons plus penser à lui avec quelque confiance dans nos inductions”(Valery,1945,159). Dilemas/incertezas que se colocam entre possibilidades de renascimento ou o caso dos objectivos sociais da gratuitidade de acesso no horizonte da leitura pública para qualificação individual e colectiva das pessoas que, hoje, vivem na sociedade em rede do presente e, algumas delas, viverão nas novas configurações socioculturais que a sociedade venha a assumir no futuro já próximo.

Notas

- 1 Na doutrina teológica há correntes que consideram a *graça*—socorro divino para suprir necessidades espirituais ou materiais—um dom universal; outras julgam-na reservada a predestinados(Weber,1983). O mesmo sucede com perspectivas sociais sobre a universalidade/limitação de direitos e extensão/limites ao que a sociedade deve assegurar gratuitidade
- 2 Instituições ausentes na sociedade medieval, o que estará associado a um quadro sociocultural, produtivo, de vida material e cultural distinto do da antiguidade, e que perdurou até que leitura e escrita reganharam centralidade no contexto sociocultural e tecnológico do novo modo de produção económico que emergiu na Idade Moderna (vd. Chartier,2003;Manguel,2010;Lisboa,Miranda,2011).
- 3 “Existir” no sentido da *bios* comportamental e conduta social, portanto no seu sentido biográfico, distinto da zoé, existência orgânica(vd.Ortega y Gasset,2017). Na *bios* “a relação entre acção e vida em comum justificar a tradução de “zoon politikon” de Aristóteles(384 a.C.-322 a.C) como “animal social” que(...)foi aceite como tradição consagrada: “homo est naturaliter politicus, id est, socialis (o homem é, por natureza, político, isto é, social)”(Arendt,2001,39).
- 4 “Dizia Goethe que o homem, diferentemente do animal, nunca é só um sucessor, mas é sempre, além disso, um herdeiro(...)sob pena de ser ele próprio quem tenha de começar de novo a inventar ou criar tudo”(Ortega y Gasset,2017,138).
- 5 De acordo com Eco (2002,4), no tempo de Constantino, havia 28 bibliotecas em Roma.
- 6 Com a Biblioteca Mazarina (1643), que advogou a universalidade de acesso geral gratuito aos seus 60.000 vol. e que este se fizesse com comodidade de consulta em termos ambientais e de organização dos documentos. Foi pioneira no uso de procedimentos de biblioteconomia moderna. O tratado de Gabriel Naudé(1627) *Advis pour dresser une bibliothèque*, estipulava como colecionar e os instrumentos a usar para organizar a colecção e ordenar os saberes (cf. Moreiro, 2005, 145). Mas procedimentos e instrumentos para organizar documentos e ordenar saberes já se encontravam na Mesopotâmia, Egipto e Grécia. Calímaco(310-240a..C), considerado o iniciador da Biblioteconomia, criou um relatório disciplinar de cento e vinte sete entradas, os *pinakes*, para catalogar e classificar os rolos. Plínio (23-79), na *História Natural*, procurou classificar sistematicamente o conhecimento e destacou-se por usar no seu livro citações para apoiar argumentos sobre a autoridade científica da obra referida e indicar onde se localizava a fonte mencionada(idem,132-134), prática que conserva actualidade.
- 7 “Certaines collections privées sont ouvertes au public parisien: la bibliothèque du cardinal Mazarin(1602-1661 (aujourd'hui siège des Archives nationales de France); du marquis de Paulmy d'Argenson,(maintenant rattachée la Bibliothèque nationale de France). Un recensement de 1784 dénombre à Paris dix-huit bibliothèques publiques; en province, seize villes ont au



- moins une bibliothèque publique, dont plusieurs appartiennent à des ordres religieux et à des collèges. La Bibliothèque du roi, héritière des collections royales et ouverte au public depuis 1692” (Leduc,2011,17).
- 8 “Por mim chamada de sociedade em rede porque constituída de redes de produção, poder e experiência, que constroem a cultura da virtualidade nos fluxos globais os quais, por sua vez, transcendem o tempo e o espaço” (Castells,1999,19). Esta, começou a desenhar-se entre os anos 70-80 do séc. XX, em linha com três novas situações sociais: i)revolução tecnologica da informação e comunicação; ii)crise económica e política do capitalismo e do estatismo e respectiva reestruturação; iii)novos movimentos sociais e culturais.
- 9 Do *Estado Liberal*: supremacia da Constituição, divisão de poderes e respeito pelos direitos individuais dos cidadãos; do *Estado Social*: garantia de direitos sociais; do *Estado Democrático*: garantia da participação dos cidadãos nas decisões políticas, o que não sucedeu nalgumas das suas configurações nas décadas de 30-40 do séc. XX, que apresentaram formas governativas ditatoriais. Nos direitos da primeira geração, direitos individuais, os do *ser*, o Estado limitava a sua actuação à esfera individual do Direito; os da segunda geração, direitos sociais, do *ter*, “é preciso ter para ser”, o Estado obrigou-se a criar políticas sociais de bem-estar e redistribuição limitando o poder económico; direitos da terceira geração: direitos ao desenvolvimento, à sustentabilidade do planeta, à paz e multiculturalidade, respeito transindividuais, direito à democracia, informação e ao pluralismo político, étnico e cultural (vd.La Bradbury,2006)..
- 10 Em Portugal, Oleiro e Heitor(2010) apontam o incumprimento das recomendações do programa da RNBP situação que perdura, como se confirmou na investigação sobre práticas de PL nas BP da AML(vd. Silva,Vaz, 2014). Os resultados do panorama formativo dos seus recursos humanos e adjuvantes e opoentes sinalizados à PL foram apresentados ao 13º Congresso BAD. Leal(2015), refere a cristalização do projecto da RNBP e que a transformação das BP envolverá um processo transformador de dimensão conceptual e prática, que, a não ser empreendido, arriscam tornar as BP instituições socialmente irrelevantes e institucionalmente obsoletas.
- 11 “Todo o direito particular, para além dos seus atributos primários que enquanto direito possui, é a expressão estrita de enormes realidades históricas, de lutas gigantes e às vezes milenárias, que nele atingiram equilíbrio”(Ortega y Gasset,2017,110)
- 12 Ainda que a actual sociedade, assente num modelo de desenvolvimento informacional—que valoriza menos umas competências cognitivas do que outras, literacia formal e literacias tecnológicas e escolaridade mais elevada—não é uma sociedade em cisão social. Sinalizam que “existe um processo de transição em que os protagonistas são os que dominam essas competências mais facilmente”(Castells,Cardoso,2006,53).
- 13 Cultura, entendida não estritamente como manifestações externas de um povo mas como “conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou grupo social e que abrange, além das artes e letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, sistemas de valores, tradições e as crenças”(Declaração da UNESCO, 2002,1). Note-se que as tecnologias disponíveis em cada época enformam o modo de vida material, produtiva e cultural das pessoas e, hoje,vive-se numa cultura de TIC em rede.
- 14 Poder, conjunto de relações de força multilaterais para emitir certos padrões de resposta (Foucault, 1999)..
- 15 “Entende-se política cultural de forma aberta e dinâmica, o que “implica uma valorização e promoção do plurilismo—e (...)dimensões de inovação e experimentação, enquanto valores fundamentais para a transformação e dinamização criativa do tecido cultural e social global(...) elemento activo de criação de identidades adequadas ao devir da sociedade e do mundo contemporâneo(Melo,1997,3). As políticas culturais, normalmente, orientam-se para a “preservação, valorização e



disponibilização do património cultural acumulado, quer de incorporação durável, junto dos diversos sectores da população, de um conjunto de disposições intelectuais e estéticas elaboradas, condição de democratização cultural e de desenvolvimento cultural sustentado”(Madureira Pinto,cf.Costa,1997,3).

- 16 *Democratização cultural* pode enformar uma *concepção descendente* da transmissão cultural, baseada na melhoria de condições de acesso a bens e serviços culturais básicos para, ao mobilizar dispositivos de difusão cultural, proporcionar às pessoas meios que, potencialmente, possam ampliar a sua informação e formação cultural. Segundo Lopes(2009), existem outras concepções: a *paternalista*; a de *hierarquização* entre cultura erudita/ cultura de massas/cultura popular, esta confinada a usos profanos e triviais; a *essencialista das audiências*, que procura a integração social e societal ampla, massificada, e não tanto públicos plurais e suas relações com a cultura instituída; a *liquidatária do indivíduo*, que, dentro de um campo estruturado de possíveis, pode optar pela dissidência de sentidos em vez de convergir num sentido único. Já *democracia cultural*, ao perspectivar a cultura não só como acesso a bens culturais mas como espaço para as pessoas participarem/produzirem a sua própria cultura(Yepes,2013)“entronca num direito à cultura simultaneamente individual e colectivo, devedor de uma concepção de serviço público centrado na própria ideia de liberdade: só há democracia cultural na dignificação social, política e ontológica de todas as linguagens e formas de expressão cultural e na abertura de repertórios e de campos de possíveis, condição *sine qua non* para a expressão e escolha livres. Tal não significa abdicar de critérios de qualidade, mas tem como subjacente o questionamento do carácter universal desses critérios, bem como a explicitação da sua construção intersubjectiva, provisória e necessariamente conflitual”(Lopes 2009,9).
- 17 *Informacionalismo* “a resultante de condições tecnológicas que invalidam o conceito de espaço e tempo, que passou a reger-se por uma lógica que superou a do tempo cronológico da era industrial e que desarticulou a tracional “seqüência da sociedade e do desenvolvimento da história”(Castells,2007?,18). *Cultura da virtualidade real*, a “subjacente à ação e às instituições sociais em um mundo interdependente, ao permitir movimento constante, “colonizar o futuro”, gerar cenários alternativos, transacionar “patrimônio irreal” e direitos de propriedade desmaterializada,(Castells,1999,19).
- 18 Dificuldade que se acentua perante o fenómeno de *évaporation sociale* (Tiqun,2009,67), que também atinge sectores tradicionais da burguesia. Pinto(2017) sinaliza que revolução tecnológica e globalização, portadoras de crescimento de riqueza, também representam empobrecimento para sectores sociais que se persiste enquadrar na burguesia. Os próprios—proprietários e detentores de meios de produção ou de prestação de serviços—assim se identificam, apesar da sua situação não corresponder à tipicação tradicional desta classe social,. Depauperada de capital, o seu rendimento pouco se diferencia do proletariado ocidental remanescente, podendo até ser inferior ao de assalariados especializados. Ocorrenos classificá-los como *sub-burguesia*, grupo em situação de desvalor social, com baixos nível de vida, de desenvolvimento económico e sócio-cultural, afastado cultural e politicamente do poder, de novas tecnologias produtivas e de comunicação, do mercado global, as instancias dominantes. Apesar do sucesso destes, à luz da realidade/condições de vida deste subgrupo, ele percepçiona-as como ilusão económica e tecnológica. O seu marginal peso societal pode levar algumas pessoas desta sub-burguesia à exclusão e/ou à reacção social, cultural ou política.
- 19 Sobre o potencial das tecnologias e dos media, estes terão passado, em relação ao poder político e económico, de um poder simbólico a fático(Pinto,2013), a serem instrumentos de reconfiguração de poder (Cardoso;Barreiros,2004) numa sociedade também sujeita a processos de ajustamento da opinião pública (Lehman,2008?). Nela, produções culturais podem ser armas de “soft-power”(Martel,2010). Sobre a formação/produção de paradigmas sociais(vd.Moscovici,1976)



- 20 No Web Summit de Lisboa (Nov.2017), Stephen Hawking, reafirmou expectativas e preocupações que expressara numa entrevista de 2014(<https://www.youtube.com/watch?v=fFLVyWBDFo>).Reconheceu a utilidade e agilidade da Internet como ferramenta de pesquisa no acesso à informação e conhecimento, mas apontou riscos e potencialidades que estende à inteligência artificial: “computers can, in theory, emulate human intelligence, and exceed it”. Ela apresenta um quadro incerto: tanto pode ser harmonizada, e contribuir para o progresso social—“I am an optimist and I believe that we can create AI for the good of the world”—ou, se desregulada, converter-se no “the worst event in the history of our civilization. It brings dangers, like powerful autonomous weapons, or new ways for the few to oppress the many. It could bring great disruption to our economy”. Para que tal não suceda, será preciso que “we learn how to prepare for, and avoid, the potential risks(...)We simply need to be aware of the dangers, identify them, employ the best possible practice and management, and prepare for its consequences well in advance”. De contrário, “A.I.could spell end of the human race”. Perante este quadro, leitura e BP têm um papel social e cultural: “Se a biblioteca é, como pretende Borges, um modelo do Universo, tentemos transformá-la num universo à medida do homem e, volto a recordar, à medida do homem”(Eco2002,44)
- 21 O que poderá perfigurar o que designamos por eventual *infocracia*, o funcionamento da sociedade baseado no poder de controlar, processar, manipular e organizar dados, ocorrências e fazer circular informação de forma a gerar efeitos/comportamentos sociais pela multiplicação e/ou reiteração/exploração de um fluxo informativo emitido em redes de comunicação digitais e convencionais cujo conteúdo pode ser rigoroso ou parcelar/parcial e não sujeito a validação e efectivo contraditório. Num ou outro caso, a *infocracia* pode favorecer concentração de poder e condicionar o colectivo social ao limitar possibilidades de escrutinar/debater criticamente fenómenos societais e limitar o exercício de controle soberano, o que, numa democracia representativa, é suposto ser efectuado de forma livre, crítica e informada sobre as diversas instâncias sociais e instituições que regem/gerem a vida colectiva. Attali, referiu-se à Net como o sétimo continente, vazio de habitantes reais, com gigantesco comércio entre os agentes virtuais de uma economia de mercado pura e perfeita, sem intermediários, impostos, Estado, cargas sociais, sindicatos, partidos políticos, greves, mínimos sociais.
- 22 Richard Hatcher—director de investigação na Faculdade de Ciências da Investigação University of Central England, Birmingham—refere um documento de trabalho apresentado ao Comité do Conselho dos Negócios e da Indústria da OCDE numa reunião de ministros da educação em Dublin, a Março de 2004, já referia a opinião de incumbir ao Governo “a responsabilidade principal em matéria de formação inicial, mas os empregadores e empresas deviam contribuir para isso trabalhando com o governo e instituições educacionais no sentido de lhes prescreverem objectivos claros em função das necessidades do mercado”(vd.Hatcher, 2006). Como já se referiu (vd.Silva,2009), não se nega que, parte desta perspectiva, não seja útil; não deve é ser equacionada como finalidade única e marginalizar franjas extensas da humanidade que estejam para além das estritas necessidades quantitativas de mão-de-obra necessária para viabilizar o funcionamento da economia de mercado, porque uma sociedade deve ser mais do que a sua economia e tecnologia disponível.
- 23 Vd. Despacho n.º6944-A/2018; .<https://dre.pt/application/conteudo/115738779>; <http://www.dge.mec.pt/noticias/consulta-publica-aprendizagens-essenciais>; http://www.cescolas.pt/wp-content/uploads/2018/05/Parecer_04_2018_Revisao_Curricular.pdf
Em Junho de 2018 o documento de orientação curricular sobre *aprendizagens essenciais* foi divulgado na comunicação social, bem como preocupações de alguns docentes que expressaram publicamente a sua inquietação por a redução de programas comprometer a formação dos alunos, casos, por exemplo, de Jorge Buescu; Fernanda Henriques; Isabel Pires de Lima; Filipe Oliveira; Carlos Reis; Bernardo Vasconcelos e Sousa.



24 Nele, surgem tendências que desvalorizam conhecimento cultural que não comprove ter “espaço de mercado”. Chomsky refere um exemplo: “the classics department of Oxford will have to prove that it can self itself on the market demand, why should people study and investigate classical Greek literature? That’s the ultimate vulgarization that can result from imposing the state capitalist principles of the business classes on the whole of society”(2017,169). O papel da educação tradicional nos diversos níveis de ensino é um dos problemas “mais importantes e dolorosos” da actualidade provocado pela cultura do imediatismo, que não se compagina com educação de qualidade (vd.entrevista de Zygmunt Baumen, “A fluidez do mundo líquido”(2016,Abr.29) em <https://www.youtube.com/watch?v=7P1MAZXFG0>,

25 Economia informacional e certificação de níveis superiores de educação não obstam a novas formas de desigualdade social, como a do novo “*precariado*”(vd.entrevista ao sociólogo Zygmunt Bauman(2016), criador do conceito de “mundo líquido”), formado por pessoas que podem ter formação superior e, até, operarem no domínio das TIC, e os seus salários serem cerca de metade da remuneração paga por trabalho não especializado, como serviços domésticos, o que questionará a “verdade”, de existir uma extensiva relação directa entre maiores habilitações e níveis salariais,

Referências bibliográficas

Adorno, Theodore W.(1987)–Sobre a indústria cultura. In Cohn, Gabriel (ed.) *Comunicação e indústria cultural: leituras de análise dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações da opinião pública, propaganda e "cultura de massa" nessa sociedade*, pp.287-295. S. Paulo: T. A. Queiróz ISBN: 8585008628

Althusser, Louis (1980)–*A ideologia e aparelhos ideológicos do estado*. Lisboa: Editorial Presença. 120p. [s. ISBN].

American Library Association [ALA] (2013) –*The state of American Libraries: a report from the American Library Association*. American Library Association [Em linha]. Chicago: ALA. [Consult. 21 Dez. 2014]. Disponível na Internet:<URL: <http://www.ala.org/news/sites/ala.org.news/files/content/2013-State-of-Americas-Libraries-Report.pdf>>.

American Library Association (1989) –*American Library Association Presidential Committee on Information literacy. Final Report* [Em linha]. Chicago: American Library Association. [Consult. 23 Mar. 2013]. Disponível na Internet:<URL: <http://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/presidential>>.

APRI-Angel Policy Research Incorporated (2009) – *A dimensão económica da literacia em Portugal: uma análise*. [Em linha]. Lisboa: GEPE, Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação. 135p. ISBN: 978-972-614-466-3. [Consult. 16 Fev. 2013]. Disponível na Internet: <URLhttp://www.planonacionaldeleitura.gov.pt/arquivo/PNLEstudios/uploads/ficheiros/economia_da_literacia_pt.pdf>.

Arendt, Hannah(2001)–*A condição humana*. Lisboa: Relógio d'Água. 406 p. ISBD: 972-708-637-3

Attali, Jacques(2006)–*Une brève histoire de l'avenir* Paris: Fayard. 422p. ISBN: 2-213-63130-1

Bourdieu, Pierre (1997) – Cultural reproduction and social reproduction. [In Karabel , J.; Hasley, A.H.. (org.) *Power and Ideology. Education*. pp. 56-68. [Em linha]. Oxford: Oxford University Press]. [Consult. 26 Dez. 2014]. Disponível na Internet: <URL<https://edu301s2011.files.wordpress.com/2011/02/cultural-reproduction-and-social-reproduction.pdf>>.

Branco, Sérgio; Britto, Sérgio (2013) – *O que é Creative Commons? Novos modelos de direito autorial em um mundo mais criativo* [Em linha]. Rio de Janeiro: Editora FGV. [ISBN: 978-85-225-1374-1, p.173. [Consult. 21 Dez. 2014]. Disponível na Internet:<URL <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11461/O%20que%20%C3%A9%20Creative%20Commons.pdf?sequence=1>>.



Butlen, Max (2008) – O papel das bibliotecas na promoção da leitura para os jovens (Comunicação). [Em linha]. *Encontro Oeiras a Ler*, 3, 29-30 Mai. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras-Bibliotecas Municipais de Oeiras. [Consult. 25 Set. 2016] Disponível na Internet: <URL: <http://www.slideshare.net/rbmocmo/max-butlen>>.

CabraL, Maria Luísa (1996)–*Bibliotecas: acesso, sempre*. Lisboa: Edições Colibri. 136p. ISBN: 972-8288-16-6

Candeias, António (2004) – *Alfabetização e escola em Portugal nos séculos XIX e XX: os censos e as estatísticas*. Lisboa:Fundação Calouste Gulbenkian. 428 p. ISBN: 972-31-1086-5

Cascão, Rodolfo [et. al.], (2007) –*Glossário de Cultura*. [Em linha]. [Consult. 17 Mar. 2016]. Disponível na Internet:<URL Disponível em http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2007/11/sesivol_03.pdf>.

Castells, Manuel (1999) – *O fim do milénio* [v.3 da trilogia *A era da informação: economia, sociedade e cultura,*] [Em linha]. S. Paulo: Paz e Terra. [ISBN indisponível]. [Consult. 17 Jan. 2018]. Disponível na Internet:<URL <http://culturadigital.br/jornal2010/files/2010/12/Castells-Era-da-Infomacao-p.411-439-.pdf>>.

Castells, Manuel (2003) – *A galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade* Rio de Janeiro: Zahar. 238p. ISBN: 978-85-7110-740-3. [Consult. 24 Jan. 2018]. Disponível na Internet:<URL <https://www.scribd.com/document/328713904/A-Galaxia-da-Internet-Manuel-Castells-pdf>>.

Castells, Manuel (2007?) – *A sociedade em rede*. [v.1 da trilogia *A era da informação: economia, sociedade e cultura*] [S. Paulo]: Paz e Terra. [639p? ISBN indisponível]. Acedido em Dez. 27, 2017, em https://perguntasaopo.files.wordpress.com/2011/02/castells_1999_parte1_cap1.pdf

Castells, Manuel;Cardoso, Gustavo(org.)(2006)–*A sociedade em rede: do conhecimento à acção política* (434p.). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. ISBN: 972-27-1453-8. [Consult. 15 Jan. 2018]. Disponível na Internet:<URL http://cies.iscte-iul.pt/destaques/documents/Sociedade_em_Redde_CC.pdf>.

Certeau, Michel (1998) –*A invenção do quotidiano: artes de fazer*. [Em linha]. Petrópolis: Editora Vozes.351 p. ISBN : 85 326 1148-6. [Consult. 25 Set. 2015]. Disponível na Internet:<URL <https://gambiarre.files.wordpress.com/2010/09/michel-de-certeau-a-invinc3a7c3a2o-do-cotidiano.pdf>>.

Chartier, Roger (dir.) (2003) – *Pratiques de la lecture*, Paris, Editions Payot & Rivages. 324p. ISBD:978-2-228-89777-8

Chomsky, Noam; Polychroniou, Chronis J.(2017) – *Optimism over despair: on capitalism, empire and social change* [London]: Penguin Random House UK.(210p. ISBN:978-0-241-98197-9

Connors, Tracy Daniel,ed.(1988)–*The nonprofit organization handbook*. New York McGraw-Hill Book Company. [700p?] ISBN: 0-07-012432-9,

Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage (2003) – [Em linha]. Paris: UNESCO. [Consult. 21 Dez. 2014]. Disponível na Internet:<URL <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540e.pdf>>.

Costa, António Firmino da(2004)– Dos públicos da cultura aos modos de relação com a cultura: algumas questões teóricas e metodológicas para uma agenda de investigação[Em linha]. In AA.VV, *Públicos da Cultura*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.[Consult. 11 Jun. 2018]. Disponível na Internet:<URL

http://www.academia.edu/2156396/Costa_AF_2004_Dos_p%C3%BAblicos_da_cultura_aos_modos_de_rela%C3%A7%C3%A3o_com_a_cultura_alguas_quest%C3%B5es_te%C3%B3ricas_e_metodol%C3%B3gicas_para_uma_agenda_de_investiga%C3%A7%C3%A3o

Costa, António Firmino da (1997) –*Políticas culturais: conceitos e perspectivas*[Em linha]. *OBS* nº 2, Outubro de 1997, pp. 10-14.[Versão electrónica do artigo da publicação periódica do Observatório das Actividades Culturais]. [Consult. 11 Jun. 2018]. Disponível <URL <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/13885/1/Pol%C3%adticas%20culturais%20conceitos%20e%20perspectivas.pdf>>.



D'Ancona, Matthew(2017) – Post truth: the new war on truth and how to fight back. London: Penguin; Randon House. 167p..ISBN: 978-1-78503-687-3.

Damáσιο, António; Damásio, Hanna; Alves, Clara Ferreira (2017, Outubro, 28) – A vida dos sentimentos. *Revista do Expresso*, 2348, 26-34. Lisboa: Expresso.

Declaração de Braga de Literacia dos Media(2011) – [Em linha]. Braga: Universidade do Minho..[Consult. 07 Mar. 2014]. Disponível na Internet:<URL <http://www.gmcs.pt/pt/declaracao-de-braga-sobre-literacia-para-os-media>>.

Declaração universal sobre a diversidade cultural da UNESCO(2002) –[Em linha]. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. [Consult. 11 Set. 2014]. Disponível na Internet:
<URL <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>.

Debord, Guy (1992) – *La société du spectacle*. [Obra originalmente publicada em 1967]. Paris: Gallimard. 209 p. ISBN: 978-2-07-039443-2

Delamotte, Eric & Cordier, Anne (2014) – La culture informationnelle : quelques pistes pour sa didactisation. Dossier [Em linha]. *Communication, technologie et développement*, N°1, 98-108. [Consult. 13 Jul. 2016]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.comtecdev.com/fr/media/telechargement/revue/numerozero/Eric-Delamotte.pdf>>.

Eco, Umberto (2002) – *A biblioteca*. Lisboa: Difel. 48p. ISBN: 978-972-290-608-1

Ehret, Michae (2015) – The Zero Marginal Cost Society: The Internet of Things, the Collaborative Commons, and the Eclipse of Capitalism (recensão¹). *ResearchGate*, [Consult. 14 Jun. 2018]. Disponível na Internet:<URL https://www.researchgate.net/publication/287967463_The_Zero_Marginal_Cost_Society_The_Internet_of_Things_the_Collaborative_Commons_and_the_Eclipse_of_Capitalism>.

Eiras, Bruno Duarte(2010)– Ler, ouvir e falar: a experiência dos grupos de leitores nas Bibliotecas Municipais de Oeiras [Em linha]. In *Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas*, 10, [Guimarães, 7-9 Abril 2010], pp. 1-10. Lisboa: B.A.D. .[Consult. 17 Ago. 2014]. Disponível na Internet:<URL <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/viewFile/214/209>>.

Elias, Norbert(1993) – *A sociedade dos indivíduos*. Lisboa: D. Quixote. 259p. ISBN 972-20-1087-5.

Espósito, Roberto(2018) – A nova linguagem política: pós-democracia e biopolítica. *Electra*, 1, p.78-97. ISSN: 2184-2108.

Foucault, Michel(1969) – *L'archéologie du savoir*Paris: Gallimard. . 257p. ISBN: 2-07-026999-X

Harland, John; Kinder, Kay(2006) –Crossing the line: extending young people's access to cultural venues..London: Calouste Gulbenkian Foundation. 112p. ISBN: 9780-903319-91-1

Hatcher, Richard (2006) – Privatization and sponsorship: the re-agenting of the school system in England, [Em linha]. *Journal of Education Policy*, v. 21, 5, 599-619. [London: Taylor & Francis Online. ISSN: 1464-5106]. [Consult. 17 Mar. 2012]. Disponível na Internet:<URL <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/02680930600866199>>.

Hobsbawm, Eric J. (1988) – *A era do capital: 1848-1875*. Lisboa: Editorial Presença. 376 p) [s. ISBN].

Jeffi, Joan(1983) – *Arts money: raising it, saving it and earning it*. New York: Neal-Schuman Publishers. 291p. ISBN: 0-918212-68-5,

¹ Da obra omónima de Jeremy Rifkin (2014), editada pela Macmillan New York.



Justino, David (Dir.) (2014) – *Estado da educação 2013*. [Em linha]. Lisboa: Conselho Nacional de Educação. 423p. ISBN: 978-972-8360-85-6. [Consult. 02 Mai. 2017]. Disponível na Internet: <URL http://www.cnedu.pt/content/edicoes/estado_da_educacao/Estado-da-Educacao-2013-online-v4.pdf>.

Kant, Emmanuel (1853) – *Eléments métaphysiques de la doctrine du droit* [Em linha]. Paris: Auguste Durand. 392 p. [s. ISBN]. [Consult. 28 Abr. 2015]. Disponível na Internet: <URL <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6571553h>>.

Koontz, Christie & Gubbin, Barbara. (2010) – *Diretrizes da IFLA sobre os serviços da biblioteca pública*. [Em linha]. Berlin: De Gruyter Saur. 119 p. [Consult. 17 Mar. 2014]. Disponível na Internet: <URL <http://www.ifla.org/files/assets/hq/publications/series/147-pt.pdf>>.

La Bradbury, Leonardo C.S. (2006) – *Estados liberal, social e democrático de direito: noções, afinidades e fundamentos*. [Em linha]. Jus.com.br. [sp.s.ISBS]. [Consult. 19 Jun. 2018]. Disponível na Internet: <URL <https://jus.com.br/artigos/9241/estados-liberal-social-e-democratico-de-direito>>.

Lau, Jesus (2007) – *Directrizes sobre desenvolvimento de habilidades em informação para a aprendizagem permanente*. [Em linha]. Boca del Rio, México: IFLA. 55p. [Consult. 21 Mar. 2012]. Disponível na Internet: <URL <https://cld.pt/dl/download/1e5f9d18-fbd2-4ca2-aa5c-19ffb93223fb/ifla-guidelines-pt.pdf>>.

Le Deuff, Olivier (2009) – *La culture de l'information en reformation* [Em linha]. Rennes : Université de Rennes. 458p. Tese de doutoramento em Sciences de l'information et de la communication. [Consult. 07 Jul. 2018]. Disponível na Internet: <URL: <http://hal.archives-ouvertes.fr/docs/00/42/19/28/PDF/theseLeDeuff.pdf>>.

Leal, Filipe (2015) – *Transformar as bibliotecas municipais portuguesas* [Em linha]. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 12, Évora - Ligar. Transformar. Criar Valor. Lisboa: B.A.D., 2015. [Consult. 07 Jul. 2018]. Disponível na Internet: <URL: https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/1432/pdf_110>.

Leduc, Diane (2011) – *De quelques livres brûlés: la représentation d'autodafés de livres au siècle des lumières*. [Em linha]. Montréal: Université de Montréal, Faculté des Arts et des Sciences. 137p. Dissertação de Mestrado em Littératures de langue française. [Consult. 16 Ago. 2014]. Disponível na Internet: <URL https://papyrus.bib.umontreal.ca/xmlui/bitstream/handle/1866/6303/Leduc_Diane_2012_memoire.pdf?sequence=2>.

Leitão, Paulo Jorge Oliveira (2014) – *A Biblioteca 2.0 e as bibliotecas públicas: o caso português* [Em linha]. Évora: Universidade de Évora. (Apresentação). Dissertação de Doutoramento em Ciências da Informação. [Consult. 26 Jan. 2016]. Disponível na Internet: <URL <http://pt.slideshare.net/pauloleitao/a-biblioteca-20-e-as-bibliotecas-pblicas-o-caso-portugus>>.

Lehman, Joseph [2008?] – *Overton window: a model of policy change*. [Em linha]. Mackinac Center for Public Policy [Consult. 02 Ago. 2018]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.mackinac.org/OvertonWindow>>.

Lisboa, João Luís; Miranda, Tiago C. P. dos Reis (2011) – *A cultura escrita nos espaços privados*. In Monteiro, Nuno Gonçalo (coord.) *História da Vida Privada em Portugal: a Idade Moderna*. Lisboa: Temas e Debates. Pp.334-394 ISBN: 978-989-644-148-7.

Lipovetsky, Gilles. (2012). *A Sociedade da decepção* Lisboa; Edições 70. .112 p. ISBN: 978972441708-0

Lopes, João Miguel Teixeira (2009) – *Da democratização da cultura a um conceito e prática alternativas de democracia Cultural*. [Em linha]. *Saber e Educar*, n 14. Porto: Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti. 13p. ISSN: 1647-2144. [Consult. 15 Jun. 2018]. Disponível na Internet: <URL <http://revista.esepf.pt/index.php/sabereducar/article/viewFile/121/90>>.



- Lopes, Paula (2015) – *Literacia mediática: práticas e competências de adultos em formação na grande Lisboa* [Em linha]. *Observatorio Journal*, V.9, 2, 47-78. [ISSN:1646-5954]. [Consult. 14 Fev.. 2018]. Disponível na Internet: <URL <http://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/view/771>>.
- Macedo, Caio Sperandeo de (2018) – *Creative commons: avanços e críticas sob a perspectiva da sociedade da informação*. [Em linha]. *Revista Jurídica*. vol. 02, n.º. 51, pp. 413-433. ISSN: 2316-753X. [Consult. 12 Jun. 2018]. Disponível na Internet: <URL <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/2816/371371483>>
- Mangas, Sérgio Filipe Agostinho (2010) – *Os limites da tolerância: censura, liberdade intelectual e selecção de documentos nas bibliotecas públicas municipais portuguesas*. [Em linha]. Coimbra: Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras. 133p. Dissertação de Mestrado em Informação, Comunicação e Novos Media. [Consult. 20 Mai. 2013]. Disponível na Internet: <URL <https://estudogeral.sib.ucp.pt/bitstream/10316/15239/1/Os%20limites%20da%20toler%20c3%a2ncia.pdf>>.
- Manguel, Alberto (2010) – *Uma história da leitura*. Lisboa: Editorial Presença. 366p. ISBN: 978-972-23-2339-0
- Manifesto de la UNESCO sobre la Biblioteca Pública [1994] – [Em linha]. [New York; Santiago de Compostela]: UNESCO. [Consult. 27 Mai. 2013]. Disponível na Internet: <URL <http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001121/112122so.pdf>>.
- Martel, Frédéric (2010) – *Mainstream: enquête sur la guerre globale de la culture et des médias*. Paris: Flammarion. 581p. ISBN: 978-2-0812-4958-5
- Melman, Charles (2012) – *L'homme sans gravité: jouir à tout prix*. Paris: Denoël. 267p. ISBN : 978-2-07-030678-7
- Melo, Alexandre (1997) – *Política cultural: acção ou omissão?* [Em linha]. *OBS*, nº2, versão electrónica do artigo da publicação periódica do Observatório das Actividades Culturais, [ISSN: 0873-8831]. [Consult. 10 Ago. 2018]. Disponível na Internet: <URL www.gepac.gov.pt/gepac-oac/obs-n-2-2-pdf.aspx>.
- Melo, Daniel (2011) – *A leitura pública no Portugal Contemporâneo (1926-1987)*. [Em linha]. In Nunes, Henrique Barreto & Capela, José Viriato (org), *O mundo continuará a girar: Prémio Victor de Sá de História Contemporânea, 20 anos, 1992-2011* (pp 179-190). Braga: Conselho Cultura da Universidade do Minho; CITCEM. ISBN: 978-989-97558-2-6. [Consult. 22 Set. 2012]. Disponível na Internet: <URL www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/citcem/article/download/667/901>
- Mónica, Maria Filomena (1980) – *Ler e poder: debate sobre a educação popular nas primeiras décadas do século XX* [Em linha]. *Análise Social*, V. XVI, nº63, 499-518. [Consult. 13 Jul. 2014]. Disponível na Internet: <URL <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223996537J4mEJ0mb1Tn90RZ7.pdf>>.
- Moreiro González, José António (2005) – *Conceptos introductorios al estudio de la información documental*. [Em linha]. Salvador: EDUFBA; Lima : Pontificia Universidad Católica del Perú. 346p. [ISBN indisponível]. [Consult. 22 Out. 2017]. Disponível na Internet: <URL <https://books.google.pt/books?id=-10WDQAAQBAJ&pg=PA145&lpg=PA145&dq=biblioteca+Mazarina&source=bl&ots=u62CR78Pma&sig=xC4kv8jgh6-nJxrKTXH0MsOcWPo&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKEwipPfnp9PYAhWGXQRQKHUB0A8MQ6AEITDAI#v=onepage&q=biblioteca%20Mazarina&f=false>>.
- Moscovici, Serge (1976) – *Psychologie des minorités actives*. Paris: PUF. 275p. [Referência de ISBN indisponível].
- Mota, Ana Sofia de Sousa Machado (2016) – *O Serviço de Referência nas bibliotecas públicas em Portugal: modelo de desenvolvimento*. [Em linha]. Évora: Universidade de Évora. 423p. Tese de Doutoramento em Ciências da Informação e da Documentação [Consult. 05 . Dez. 2017]. Disponível na Internet: <URL https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/18746/1/Tese_AS.pdf>.



Murad, Larissa Costa (2013a) – Considerações sobre a mercantilização da vida e a indústria cultural. [Em linha]. *Revista História e Cultura*. Franca- SãoPaulo:[s.n] v.2, nº2, 3-19. ISSN: 2238-6270. [Consult. 19 Fev. 2014]. Disponível na Internet:<URL <http://periodicos.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/issue/current>

Murad, Larissa Costa (2013b) – História e Cultura. [Em linha]. *Revista História e Cultura*, V.2, nº2, 3-19. Franca-SãoPaulo:[s.n,]. [Consult. 19 Fev. 2014]. Disponível na Internet:<URL <http://periodicos.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/issue/current>>.

Nascimento, Álvaro (2018) – E quem salva o capitalismo? *Dia 15* nº2, p.15 ISSN: 2184-2426

National Commission of Excellence in Education(1983)- *A nation at risk: the imperative for education reform: a report to the nation and the Secretary of Education United States Department of Education*. [Em linha]. Washington: U.S. Department of Education. 52p[s. ISBN]. [Consult. 10 Nov. 2012]. Disponível na Internet:<URL <https://www.mat.uc.pt/~emsa/PMEnsino/ANationRisk.pdf>>.

Oleiro, Margarida; Heitor, Célia (2010) – 20 Anos da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas: um balanço (possível) do grau de cumprimento do Programa. [Em linha] In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, [10] *Políticas de informação na sociedade em rede*. Guimarães. Lisboa: BAD [S. ISBN] p.1-7. [Consult. 12 Fev. 2018]. Disponível na Internet: <URL:<https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/157>>.

Ortega y Gasset, José; Amoedo, Margarida I.Almeida (trad. anot) (2017) – *Ortega y Gasset em Lisboa: tradução e enquadramento de la razón histórica* [curso de 1944 [Em linha]. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. 144p. ISBN:978-989-26-1246; 978-989-26-1247-8 (PDF). [Consult. 07 Jul. 2018]. Disponível na Internet: <URL: https://run.unl.pt/bitstream/10362/29425/1/Ortega_y_Gasset_em_Lisboa.pdf>.

Palma, Ernesto[1966?] – *A orientação da leitura*. Lisboa: Sociedade de Expansão Cultural. 149p. [s. ISBN].

Pereira, José Pacheco(2016, Junho 11) – A máquina da ignorância ao serviço da política que não ousa dizer o nome. [Em linha]. *Público*, s. p. [Consult. 12 Jun. 2016]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.publico.pt/politica/noticia/a-maquina-da-ignorancia-ao-servico-da-politica-que-nao-ousa-dizer-o-nome-1733997> >.

Piaget, Jean(1973) – *Biologie et connaissance: essais sur les relations entre les régulations organiques et les processus cognitifs*. Paris: Gallimard. 510p. [s. ISBN]

Pinto, Jaime Nogueira (2017) *Bárbaros e iluminados: populismo e utopia no século XXI* Lisboa: D. Quixote. 435p. ISBN: 9789722064033

Pinto, José Madureira(2013) – Sociologia perante a crise: quatro ideias para um debate=Sociology before crisis: four ideas for a debate. [Em linha]. *RES: Revista Española de Sociología*. Nº19. p.141-152. ISSN: 1578-2824. [Consult. 17 Ago. 2018]. Disponível na Internet: <URL: <https://recyt.fecyt.es/index.php/res/article/view/65310/39595>>.

Prole, António(2009a) – Como fazer um projecto de promoção da leitura. *Casa da Leitura*. [Em linha]. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. [Consult. 04 Out. 2013]. Disponível na Internet: <URL http://www.oac.pt/pdfs/OAC_PromocaoLeituraBibliotecasPublicas.pdf

Prole, António; Mendes, Renato(2009b) – Entrevista, António Prole questiona "excesso de prazer" no incentivo à leitura" [*Revista Educação*, 7/5/2009]. *Blog do Galeno*. [Consult. 18 Jan. 2013]. Disponível na Internet: <URL <http://www.blogdogaleno.com.br/2009/06/01/antonio-prole-questiona-excesso-de-prazer-no-incentivo-a-leitura>

Schmidt, Eric; Cohen, Jared (2013) – *The New Digital Age*. London: John Murray Publishers. 315p. ISBN: 978-1-84854-621-9

Schwanitz, Dietrich(2012) – *Cultura: tudo o que é preciso saber*. Lisboa: Bertrand.. 648p. ISBN: 9789722050272.



Silva, Vera Maria da(2015) – *Livros digitais em bibliotecas públicas: apontamentos para uma reflexão..* [Em linha]. Bubok; Scribd. 159 p. ISBN: 978-989-20-6074-3; 978-989-20-6088-0. [Consult. 07 Abr.2016]. Disponível na Internet: <URL <http://www.bubok.pt/livros/9760/Livros-Digitais-em-Bibliotecas-Publicas--Apontamentos-para-uma-reflexao;> <https://pt.scribd.com/doc/284220834/Livros-Digitais-Em-Bibliotecas-Vera-Maria-Da-Silva>>.

Silva, Vera Maria da(2009) – Onde a leitura também se enreda. [Em linha]. *RBE Newsletter*. Lisboa: Ministério da Educação, nº5, 13p [s. ISBN]. [Consult. 04 Dez. 2012]. Disponível na Internet: <URL <http://rbe.addition.pt/newsletter/np4/519.html>>.

Silva, Vera Maria da; Vaz, Francisco (2014)– *What and why a research about reading promotion on public libraries in the Metropolitan Area of Lisbon*. [Em linha] In ECIL, SECOND EUROPEAN CONFERENCE ON INFORMATION LITERACY, Dubrovnik - *Information literacy, lifelong learning and digital citizenship in the 21st century: proceedings*. [S.l.]: Springer International Publishing. ISBN 978-3-319-14136-7. [Consult. 14 Jul. 2015]. Disponível na Internet:<URL: http://link.springer.com/chapter/10.1007%2F978-3-319-14136-7_63>.

Soriano, Paul(2002) – *O zero-um e o infinito: um humanismo sem homem* (p.28-56). In Finkielkraut, Alain & Soriano, Paul, *Internet o éxtase inquietante*. Lisboa: Fim de século. 67p. ISBN 972-754-179-8

Tiqqun (2009) – *Contributions à la guerre en cours* Paris: La Fabrique. 195p. ISBN: 978-2-91-337293-1

Valery, Paul(1945) –*Regards sur le monde actuel et autres essais*[Em linha].Paris: Gallimard,260p. [s. ISBN]. [Consult. 25 Out. 2017] Disponível na Internet:<URL: http://classiques.uqac.ca/classiques/Valery_paul/regards_monde_actuel_autres_essais/valery_regards_monde_actuel.pdf>.

Weber, Marx(1983) –*A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Lisboa: Editorial Presença. 228p. [s. ISBN].

Williams, Raymond (1960) – *Culture and Society:1780-1950*. [Em linha]. New York: Anchor Books. 399p. [s.ISBN]. [Consult. 06 Nov. 2012]. Disponível na Internet: <URL <http://archive.org/stream/culturesociety17001850mbp#page/n7/mode/2up>>.

Williams, Raymond (1961) – *The long revolution*. [Em linha]. Harmondsworth, Middlesex: Penguin Books.(367p. [s.ISBN]. [Consult. 18 Jan. 2013]. Disponível na Internet: <URL <https://www.scribd.com/document/364893099/Raymond-Williams-The-Long-Revolution-pdf>>.

Yepes Osorio, Luis Bernardo(2013) –La promoción de la lectura: conceptos y prácticas sociales. [Em linha]. In Yepes Osorio, Luis Bernardo; Ceretta Soria, María Gladys & Diez, Carola, *Jóvenes lectores: caminos de formación*. (pp. 9-55). Bogotá: Ministerio de Educación y Cultura. [s. ISBN]. [Consult 16, Mai.2013], Disponível na Internet: <URL http://cerlalc.org/wp-content/uploads/2017/04/PUBLICACIONES_OLB_Jovenes_lectores_Guia_metodologica_2013.pdf>.

Zamagni, Stefano(2002) – Fundamento e significado da experiência de economia de comunhão. [Em linha]. In: Bruni, Luigino (Org.). *Economia de comunhão : uma cultura econômica em várias dimensões*. [Pp. 138-148?]. [Em linha]. São Paulo: Editora Cidade Nova. ISBN: 978-85-7821-113-4 [Consult 22, Ago.2018], Disponível na Internet: <URL https://books.google.pt/books?id=IR8vDwAAQBAJ&pg=PT10&dq=Economia+de+comunh%C3%A3o&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKEwiPku_o2p_dAhVJVvAKHeMBAvcQ6AEIMzAC>.